



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

# BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 4 N. 4

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Governador: Ranolfo Vieira Júnior

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO**

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

# BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 4, N. 4, dezembro 2022

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 4	n. 4	p. 1-29	dez. 2022
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 10.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

*E-mail:* [dee@planejamento.rs.gov.br](mailto:dee@planejamento.rs.gov.br)

*Homepage:* <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .  
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	4
<b>1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2022</b>	6
<b>1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO</b>	6
<b>1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL</b>	8
<b>1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO</b>	11
<b>1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS</b>	14
<b>1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS</b>	16
<b>2 EMPREGO FORMAL: PROLONGA-SE A EXPANSÃO, COM MENOR IMPULSO</b>	18
<b>2.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME TOTAL DE EMPREGO FORMAL NO RS E NAS DEMAIS UFs</b>	18
<b>2.2 O COMPORTAMENTO SETORIAL DO EMPREGO GAÚCHO</b>	20
<b>2.3 O ACESSO AOS EMPREGOS ADICIONAIS, POR DIFERENTES SEGMENTOS DA POPULAÇÃO</b>	24
<b>2.4 A HETEROGENEIDADE DOS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS</b>	26
<b>2.5 OS SALÁRIOS MÉDIOS DOS TRABALHADORES ADMITIDOS</b>	27
<b>REFERÊNCIAS</b>	29

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** desta edição do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, apresentam-se evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do Estado no 3.º trim./2022. Em linhas gerais, os principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul e de suas referências comparativas selecionadas — os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o País — mantiveram, no 3.º trim./2022, a trajetória de recuperação que se vem verificando desde o 4.º trim./2020.

Sob a ótica da oferta de trabalho, no Rio Grande do Sul, a taxa de participação na força de trabalho, no 3.º trim./2022, elevou-se tanto na margem quanto na comparação interanual. O desempenho interanual do indicador foi convergente com aquele que ocorreu nos Estados de Santa Catarina e Paraná e no agregado nacional, mas não em São Paulo, que evidenciou estabilidade.

O nível de ocupação elevou-se no Rio Grande do Sul, seja na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2022, seja na comparação interanual. Nessa última referência, o comportamento do indicador foi semelhante ao dos demais estados da Região Sul, de São Paulo e do País.

No Rio Grande do Sul, a taxa de informalidade, na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2022, registrou queda, movimento convergente com o de Santa Catarina e o do País, mas não com o de Paraná e São Paulo, que foi de estabilidade. Existem indícios de que, no Estado e nas suas referências comparativas selecionadas, o processo de aumento da taxa de informalidade foi interrompido após o 4.º trim./2021.

A taxa de desocupação, no cotejo do 3.º trim./2022 com o trimestre imediatamente anterior, manteve-se estável no Rio Grande do Sul, assim como em Santa Catarina e em São Paulo, enquanto, no Paraná e no País, registrou redução. A comparação interanual mostrou retração generalizada da taxa de desocupação no Rio Grande do Sul, nos demais estados da Região Sul, em São Paulo e no País. O nível da taxa de desocupação no mercado de trabalho gaúcho, no 3.º trim./2022, de 6,0%, é o menor da série temporal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) desde o 2.º trim./2015.

O indicador mais amplo de subutilização da força de trabalho, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, no 3.º trim./2022, evidenciou queda no Rio Grande do Sul e nas suas referências comparativas selecionadas, tanto na margem quanto na comparação interanual.

O rendimento médio real habitual dos ocupados, no 3.º trim./2022, frente ao trimestre imediatamente anterior, registrou variações positivas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no âmbito nacional, enquanto, no Paraná e em São Paulo, ficou estável. No cotejo interanual, permaneceu estável no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo, e, no Paraná e no agregado nacional, teve variações positivas. As evidências apontam que o intenso processo de queda do rendimento médio real habitual verificado entre trimestres consecutivos ao longo de 2021 foi interrompido durante 2022.

Também no âmbito dos rendimentos do trabalho, a massa de rendimento real habitual dos ocupados, na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2022, no Rio Grande do Sul, nos demais estados da Região Sul e no País, registrou variações positivas, enquanto, em São Paulo, manteve-se estável. No cotejo do 3.º trim./2022 com o mesmo trimestre do ano anterior, o indicador evidenciou variação positiva ainda mais intensa, tanto no Rio Grande do Sul quanto nas suas referências comparativas selecionadas. Para tanto, contribuiu, principalmente, o crescimento do contingente de ocupados.

Na **seção 2**, aborda-se o comportamento do emprego formal, com apoio na série estatística do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência. O foco é o mercado formal de trabalho gaúcho no período que vai do final de novembro de 2021 ao mesmo ponto de 2022; os 12 meses anteriores, entretanto, são tomados como referência comparativa para muitas das variáveis analisadas. Inicialmente, um panorama do Brasil e das 27 unidades da Federação (UFs) permite identificar o RS como o estado com a segunda variação menos expressiva (4,2%) do emprego formal no período analisado, à frente apenas de Santa Catarina (3,9%) e significativamente abaixo do percentual do agregado nacional (5,3%). No mercado formal gaúcho, houve um crescimento de 109,2 mil vínculos de emprego; no País, foram 2,9 milhões. Em ambos os recortes territoriais, o resultado destes últimos 12 meses marca uma desaceleração no confronto com o período de novembro de 2020 ao mesmo mês de 2021. No caso do RS, o saldo decresceu aproximadamente 30%.

Os postos gerados no Estado marcaram avanços na participação relativa de construção, agropecuária e serviços, enquanto indústria e comércio aportaram menor contribuição para os empregos criados do que sua participação na estrutura do mercado formal de trabalho. Essa diferença expressa-se nas taxas de crescimento dos setores: a construção liderou, com 6,9%; agropecuária e serviços expandiram-se, ambos, em 5%. Nesses três casos, o percentual superou o do conjunto do emprego gaúcho (4,2%). Abaixo desse ponto de referência, a indústria aumentou em 3,5% seu contingente, e o comércio, em 3,2%.

Ao se desagregar um pouco mais os estabelecimentos empregadores, setorialmente, subdividindo-os conforme as seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), constata-se que, nos 12 meses mais recentes, os maiores crescimentos relativos ocorreram em segmentos que haviam sido especialmente penalizados nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, em 2020: a seção alojamento e alimentação desponta com 11,3%, seguindo-se artes, cultura, esporte e recreação (10,8%). As seções que se destacam em números absolutos de empregos adicionais são também as de maior expressão na estrutura: indústria de transformação; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; e atividades administrativas e serviços complementares.

Em um passo ulterior dessa desagregação setorial, considerando-se 87 divisões da CNAE 2.0, o comércio varejista gerou o maior número de vínculos adicionais, seguido dos serviços de alimentação e, na terceira posição, do comércio atacadista. Educação e serviços especializados para a construção completam o conjunto de cinco maiores saldos. Já em variação percentual (eliminadas as divisões com menos de 1 mil empregados no Estado), fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores aparece com espetaculares 135,2% de expansão. Esse é um pequeno segmento, especializado na produção de embarcações, que passou por uma forte ampliação, no sul do Estado. A seguir, vêm seleção, agenciamento e locação de mão de obra (17,8%); atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (16,1%); e atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão (15,9%).

O perfil do trabalhador incorporado ao mercado formal de trabalho gaúcho entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022 mostrou equilíbrio entre os sexos (50,1%, homens; 49,9%, mulheres) e rerepresentou os dois vieses que marcam toda a série do Novo Caged, iniciada em janeiro de 2020: forte predominância (80,0%) de indivíduos com até 24 anos de idade e de trabalhadores com ensino médio, completo ou incompleto (88,1%, na soma de ambas as situações). No caso da escolaridade, essa preferência pelo ensino médio afirma-se em detrimento especialmente dos mais escolarizados. Os trabalhadores com ensino superior (completo ou incompleto, conjuntamente) representavam 28,0% dos empregados formais do RS, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2021, ao passo que, no saldo do Novo Caged, entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022, limitaram-se a 13,2%.

As nove Regiões Funcionais (RF) do Estado tiveram crescimento do emprego, com intensidades bastante diferenciadas, que se distribuíram entre 3,4% na RF3, que inclui a Serra, e 6,0% na RF7 (Noroeste).

Por fim, o salário médio real para a admissão dos trabalhadores formais, segundo o Novo Caged, encontrava-se, em novembro último, 1,9% acima do praticado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, a linha de tendência mostra declínio ao longo da série, e o valor mais recente marca perda de mais de 9% com relação ao de novembro de 2020.

# 1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2022

Nesta seção, apresentam-se evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do Estado no 3.º trim./2022. Para tanto, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mercado de trabalho do RS, após ter sido intensamente atingido pela recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e por uma severa estiagem, em 2020, vem dando sinais de uma gradual recuperação desde o 4.º trimestre desse ano. Embora se reconheça que o mercado de trabalho reaja de forma defasada ao desempenho macroeconômico (ILO, 2022; MAURIZIO, 2022), no País e no RS o processo de recuperação econômica, em 2021, o favoreceu. No âmbito nacional, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou uma variação positiva de 5,0% e, no estadual, de 10,6% (INDICADORES IBGE, 2022; RIO GRANDE DO SUL, 2022). Esses desempenhos macroeconômicos positivos fizeram com que o nível de ocupação passasse, no País, de 51,2% em 2020 para 53,2% em 2021 e, no RS, de 56,8% para 58,1%. A dimensão adversa do processo de recuperação econômica foi a da aceleração inflacionária verificada em 2021, que impactou negativamente os rendimentos do trabalho.

Ao longo de 2022, pode-se afirmar que houve uma continuidade do processo de melhora de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho, com a possível exceção dos rendimentos dos ocupados. Todavia o contexto macroeconômico que condiciona o desempenho do mercado de trabalho, em 2022, foi distinto: no País, ocorreu redução do ritmo de crescimento em comparação a 2021, e, no RS, uma contração econômica provocada por mais uma severa estiagem, que incidiu negativamente sobre a agropecuária estadual.

Nesta seção, analisa-se o desempenho do mercado de trabalho do RS no 3.º trim./2022, comparando-o com o dos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e com o do País. Com o propósito de conhecer a evolução da posição relativa do Estado em um quadro mais amplo de referências, são feitas, também, algumas comparações de indicadores selecionados do mercado de trabalho do RS com o de todas as unidades da Federação (UFs).

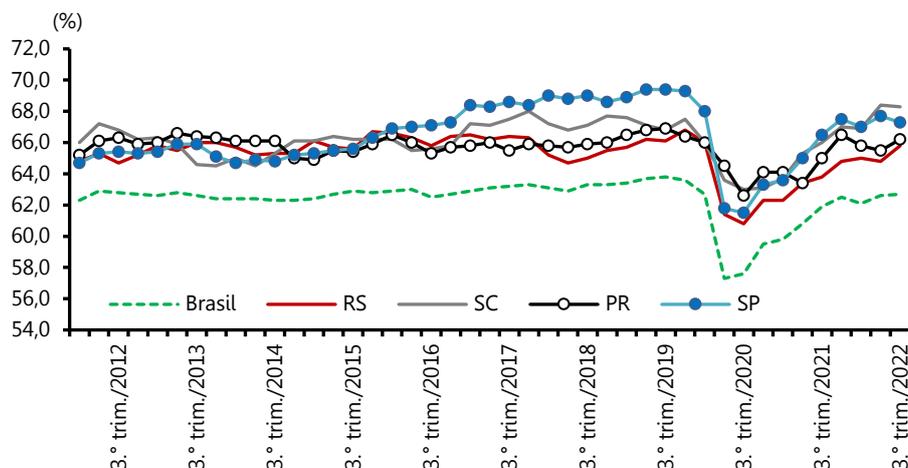
## 1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

No que diz respeito aos indicadores que apreendem o comportamento da oferta de força de trabalho (FT), a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)<sup>1</sup> do RS manteve, no 3.º trim./2022, a sua trajetória de recuperação (**Gráfico 1**). Conforme se pode constatar, a TPFT elevou-se, no RS, na comparação do 3.º trim./2022 com o trimestre imediatamente anterior, em 1,0 ponto percentual, atingindo 65,8%. Nessa base comparativa, nos demais estados da Região Sul, em SP e no âmbito nacional, a TPFT ficou estável — as suas oscilações não têm significância estatística. Quando se adota a referência comparativa interanual, o indicador sob análise aumentou no RS (2,0 pontos percentuais), em SC (2,3 pontos percentuais), no PR (1,2 ponto percentual) e no País (0,8 ponto percentual); em SP, o indicador manteve-se estável. Estendendo-se as comparações até o 3.º trim./2019, um período anterior ao dos piores efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, percebe-se, pela inspeção das evidências contidas no **Gráfico 1**, que a TPFT no RS, no 3.º trim./2022, havia alcançado praticamente o mesmo nível ao daquele trimestre (66,1%). Cabe destacar ainda que SC, no cotejo com os demais estados da Região Sul, SP e o País, atingiu, no 3.º trim./2022, um nível da TPFT superior ao do 3.º trim./2019, recuperando-se integralmente da retração sofrida pelo indicador durante os momentos mais adversos da crise sanitária sobre os mercado de trabalho.

Quanto à evolução da posição relativa do RS frente à totalidade das unidades da Federação, em termos de nível da TPFT, ao se cotejar o 3.º trim./2021 com o mesmo trimestre de 2022, constata-se que o Estado avançou, uma vez que que passou do 10.º para a oitavo maior patamar do indicador (**Gráfico 2**).

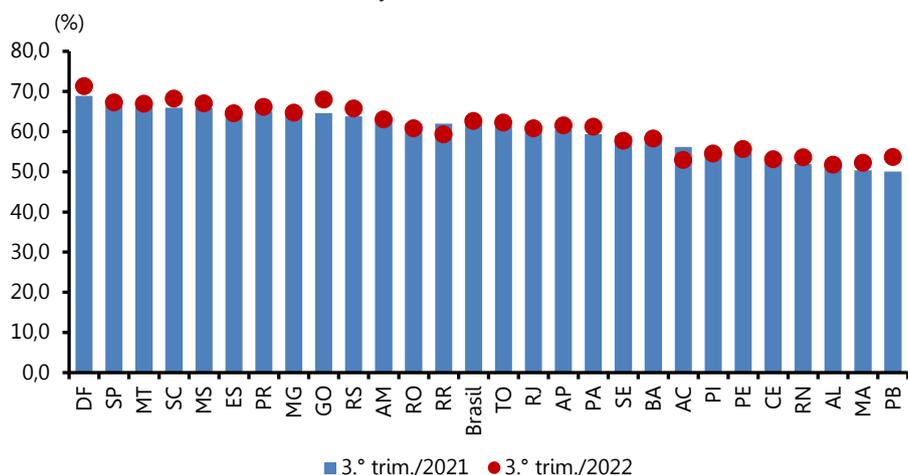
<sup>1</sup> A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

**Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

**Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2021 e 3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de pessoas na FT do RS, na comparação do 3.º trim./2022 com o trimestre imediatamente anterior, ficou estável no RS (6.261 mil pessoas), assim como em SC e em SP, enquanto, no PR e no País, registrou variações positivas de 1,6% e 0,4% respectivamente (**Tabela 1**). Já no cotejo interanual, identifica-se aumento generalizado da FT: 2,9% no RS (mais 175 mil pessoas), 4,4% em SC, 3,1% no PR, 2,0% em SP e 2,2% no País. Pode-se ainda observar, por meio das evidências expostas na Tabela 1, que, tanto no RS quanto nos demais estados da Região Sul, em SP e no âmbito nacional, os contingentes de pessoas na FT situavam-se, no 3.º trim./2022, em níveis superiores aos do 3.º trim./2019. Dessa forma, em termos absolutos, a FT recuperou-se plenamente da grande contração sofrida durante os piores efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, que ocorreram em 2020.

**Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRI- MINA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	2.º Trim./2022	3.º Trim./2022	3.º Trim./2022 2.º Trim./2022	3.º Trim./2022 3.º Trim./2021
	<b>Brasil</b> .....	107.535	98.037	106.430	108.349	108.729	(1) 0,4
RS .....	6.212	5.711	6.086	6.181	6.261	1,3	(1)2,9
SC .....	3.922	3.784	3.924	4.104	4.098	-0,1	(1)4,4
PR .....	6.172	5.851	6.072	6.164	6.260	(1) 1,6	(1)3,1
SP .....	26.087	23.411	25.614	26.202	26.128	-0,3	(1)2,0

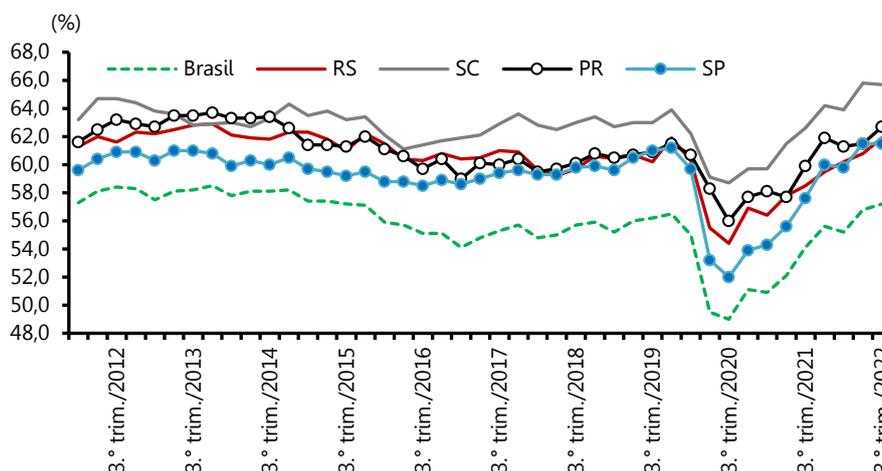
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)<sup>2</sup> registrou retração muito intensa no segundo e no terceiro trimestre de 2020, em um contexto em que ocorriam os piores efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho. Desde o 4.º trim./2020, esse indicador vem evidenciando um gradativo processo de recuperação. Ao se comparar o 3.º trim./2022 com o trimestre imediatamente anterior, constata-se que o NO elevou-se 1,1 ponto percentual no RS, passando a se situar em 61,9%, assim como no PR (1,2 ponto percentual) e no País (0,4 ponto percentual); em SC e SP, o indicador ficou estável, dado que as suas oscilações não têm significância estatística (**Gráfico 3**). Na referência comparativa interanual, o comportamento do NO ratificou o movimento de recuperação, tendo este sido de 3,4 pontos percentuais no RS, 3,1 pontos percentuais em SC, 2,8 pontos percentuais no PR, 3,9 pontos percentuais em SP e de 3,1 pontos percentuais no País. Assinale-se, na comparação do 3.º trim./2022 com o mesmo trimestre de 2019 — ou seja, com uma conjuntura anterior à dos piores efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho —, que, no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, o indicador havia se recuperado plenamente, até mesmo superando os níveis verificados naquele trimestre de 2019.

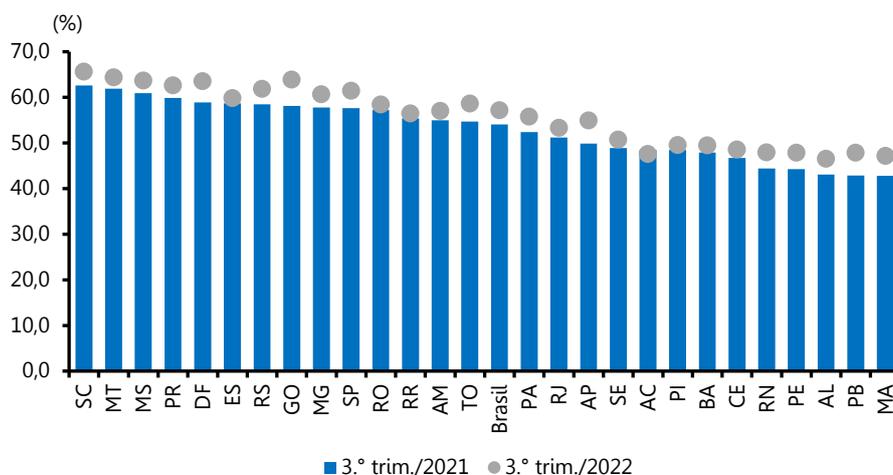
**Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Frente à totalidade das UFs, houve estabilidade da posição relativa do RS no que diz respeito ao patamar do NO, uma vez que o Estado estava com o sétimo maior nível do indicador tanto no 3.º trim./2021 quanto no 3.º trim./2022 (**Gráfico 4**).

<sup>2</sup> O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

**Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação —  
3.º trim./2021 e 3.º trim./2022**


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O contingente de ocupados, no 3.º trim./2022, em relação ao trimestre anterior, teve variação positiva de 1,6% no RS, passando a ser de 5.885 mil ocupados, de 2,4% no PR e de 1,0% no País, enquanto, em SC e SP, se manteve estável (**Tabela 2**). Por sua vez, utilizando-se a referência comparativa interanual, constata-se variações positivas dos contingentes de ocupados de 5,6% no RS (o que corresponde a um acréscimo de 312 mil ocupados), em SC e no PR (ambos 6,1%), em SP (7,6%) e no plano nacional (6,8%). Com base nas evidências contidas na Tabela 2, pode-se constatar que os contingentes de ocupados do RS e de suas referências comparativas, no 3.º trim./2022, estavam acima daqueles registrados no mesmo trimestre de 2019, tendo se recuperado plenamente dos efeitos mais adversos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

**Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina,  
no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	2.º Trim./2022	3.º Trim./2022	3.º Trim./2022 2.º Trim./2022	3.º Trim./2022 3.º Trim./2021
<b>Brasil</b> .....	94.737	83.439	92.976	98.269	99.269	(1)1,0	(1)6,8
RS .....	5.657	5.111	5.573	5.795	5.885	(1)1,6	(1)5,6
SC .....	3.695	3.531	3.717	3.944	3.944	0,0	(1)6,1
PR .....	5.613	5.234	5.589	5.790	5.932	(1)2,4	(1)6,1
SP .....	22.918	19.798	22.188	23.798	23.873	0,3	(1)7,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022b).

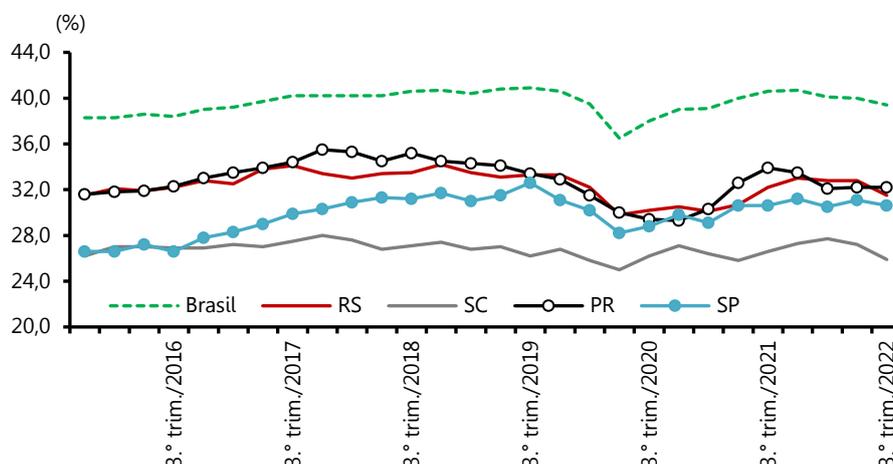
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

No que diz respeito à evolução das inserções informais na estrutura ocupacional, a taxa de informalidade (TI)<sup>3</sup>, na comparação do 3.º trim./2022 com o segundo trimestre do mesmo ano, teve uma retração de 1,3 ponto percentual no RS, situando-se em 31,5%, assim como em SC (-1,3 ponto percentual) e no País (-0,6 ponto percentual); no PR e em SP, o indicador sob análise manteve-se estável (**Gráfico 5**). Na comparação interanual, a TI ficou estável no RS, em SC e em SP; no PR e no âmbito do País, registrou oscilações negativas de 1,7 ponto percentual e de 1,2 ponto percentual respectivamente. Reconhecendo-se o 3.º trim./2019 como um período em que estavam ausentes os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, constata-se, ao cotejá-lo com o 3.º trim./2022, que a TI do RS, dos demais estados da Região Sul, de SP e do País ainda se situava em nível inferior neste último. Essa evidência apreende menos uma melhora na qualidade das inserções ocupacionais no passado recente e sim o fato de que os trabalhadores informais foram mais negativamente atingidos durante o período mais crítico da pandemia de

<sup>3</sup> De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

Covid-19 sobre o mercado de trabalho, verificado em dois trimestres de 2020, não tendo ainda dele se recuperado plenamente.

**Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-3.º trim./2022**

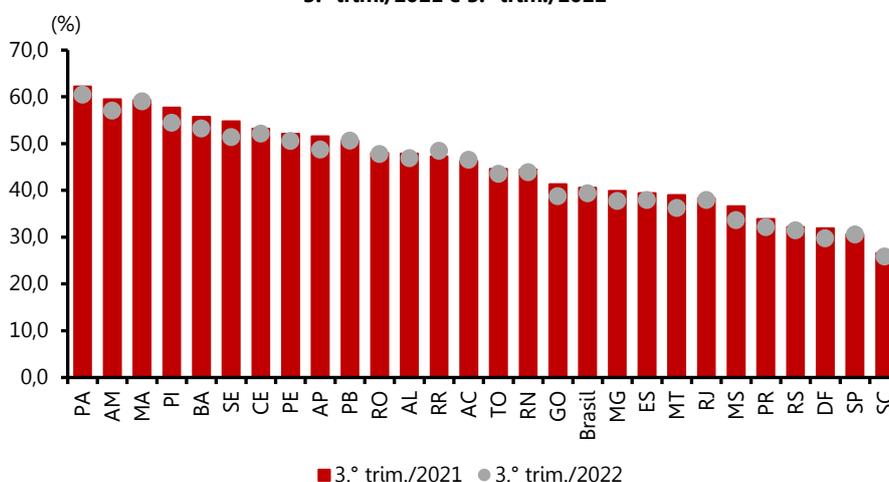


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

Quanto ao nível da TI do RS frente ao de todas as UFs, a posição relativa do Estado manteve-se inalterada na comparação do 3.º trim./2021 com o 3.º trim./2022, com o quarto menor patamar do indicador (**Gráfico 6**).

**Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2021 e 3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

O estoque de ocupados informais no RS, assim como no PR, em SP e no País, permaneceu estável, na comparação do 3.º trim./2022 com o trimestre anterior — as suas oscilações não têm significância estatística —; em SC, sofreu uma retração de 4,8% (**Tabela 3**). Nos três estados da Região Sul, na comparação interanual, ocorreu estabilidade do contingente de ocupados informais; em SP e no País, verificaram-se variações positivas de 7,6% e 3,8% respectivamente. Para um horizonte temporal anterior ao da pandemia de Covid-19 — neste caso, o 3.º trim./2019 —, na sua comparação com o 3.º trim./2022, pode-se constatar que o contingente de ocupados informais no RS e em SP ainda estava em um patamar inferior, enquanto, em SC, no PR e no País, o nível do mesmo era superior.

**Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRI- MINA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	2.º Trim./2022	3.º Trim./2022	3.º Trim./2022	3.º Trim./2021
						2.º Trim./2022	3.º Trim./2021
<b>Brasil</b> .....	38.766	31.691	37.709	39.286	39.145	-0,4	(1)3,8
RS .....	1.882	1.542	1.792	1.900	1.852	-2,5	3,3
SC .....	966	926	987	1.071	1.020	(1)-4,8	3,3
PR .....	1.876	1.538	1.896	1.866	1.913	2,5	0,9
SP .....	7.480	5.692	6.792	7.399	7.309	-1,2	(1)7,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

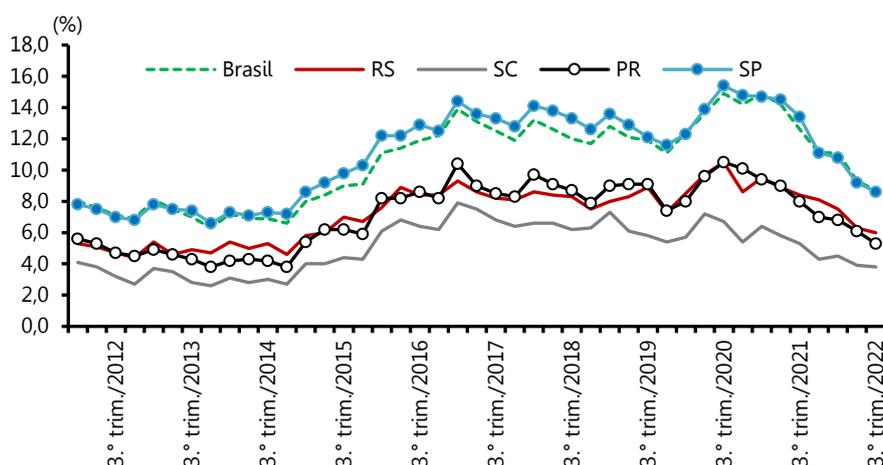
Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

### 1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de desocupação (TD) registrou um intenso aumento no segundo e no terceiro trimestre de 2020, que se constituíram no período da pandemia de Covid-19 em que o mercado de trabalho mais se deteriorou. Posteriormente, o indicador foi passando por um processo de redução gradativa. Na comparação do 3.º trim./2022 com o trimestre anterior, a TD manteve-se estável no RS (6,0%), em SC (3,8%) e em SP (8,6%) — as suas oscilações não têm significância estatística — e evidenciou redução no Paraná (de 6,1% para 5,3%) e no País (de 9,3% para 8,7%) — **Gráfico 7**. Utilizando-se a referência comparativa interanual, constata-se que ocorreu queda generalizada da TD: -2,4 pontos percentuais no RS, -1,5 ponto percentual em SC, -2,7 pontos percentuais no PR, e, com maior intensidade, -4,8 pontos percentuais em SP e -3,9 pontos percentuais no agregado nacional. Por meio da inspeção visual das séries temporais do **Gráfico 7**, é possível observar que a TD, no 3.º trim./2022, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, se situou em níveis bastante inferiores aos do período imediatamente anterior ao da pandemia de Covid-19, em 2019. No caso do RS, a TD do 3.º trim./2022 é a menor da série temporal da PNAD Contínua desde o 2.º trim./2015.

**Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2022**

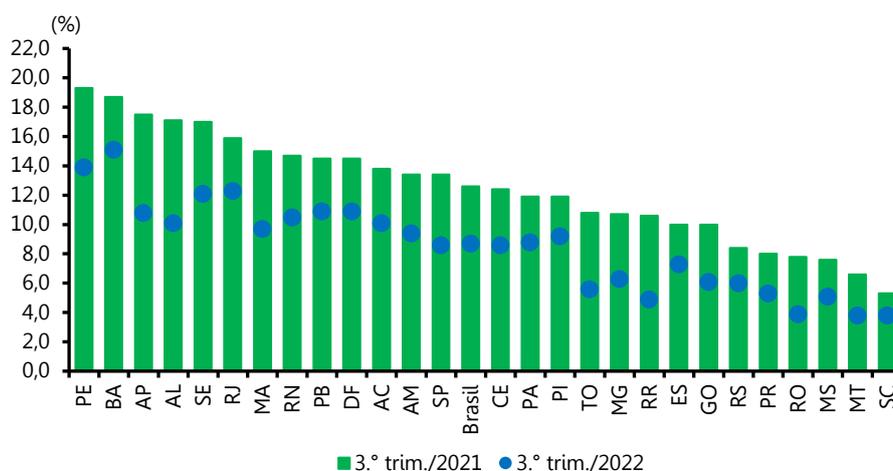


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Diante da totalidade das UFs, quando se coteja o 3.º trim./2021 com o 3.º trim./2022, identifica-se uma perda de posições relativas do RS no que diz respeito ao nível do indicador sob análise, uma vez que o Estado passou da sexta para a oitava menor TD entre as 27 UFs (**Gráfico 8**).

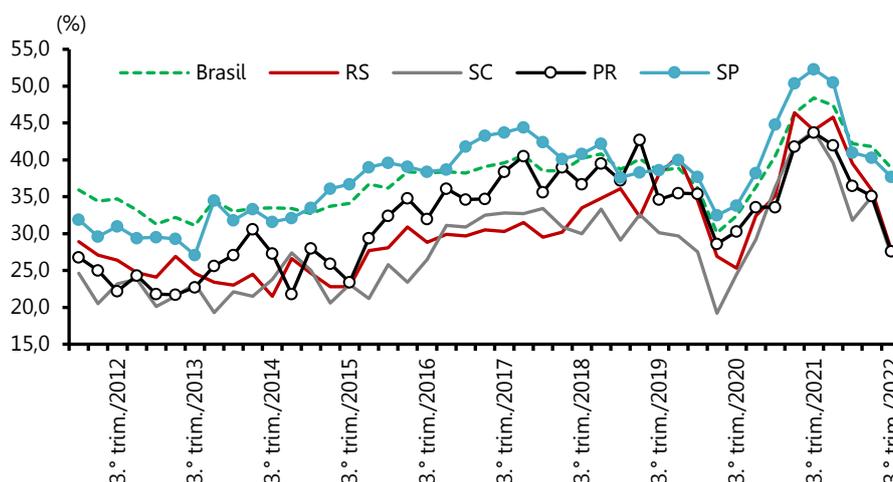
Um indicador que se havia deteriorado muito ao longo de 2021 é o da incidência da desocupação de longo prazo (IDL<sup>4</sup>). A IDLP chegou a atingir, no 2.º trim./2021, no RS, 46,4%, o maior nível de toda a série temporal da PNAD Contínua no Estado. Conforme se pode constatar no **Gráfico 9**, na comparação do 3.º trim./2022 com o mesmo trimestre do ano anterior, a IDLP voltou a se reduzir com intensidade no RS (de 44,0% para 27,8%), em SC (de 43,9% para 27,1%), no PR (de 43,7% para 27,6%), em SP (de 52,3% para 37,7%) e no âmbito nacional (de 48,4% para 38,9%). Não obstante a melhora substantiva desse indicador, é sempre importante recuperar que o tempo máximo de cobertura do seguro-desemprego para os assalariados formais do País é de cinco meses. Nesse sentido, tomando-se a IDLP no RS do 3.º trim./2022, pode-se perceber a situação de adversidade em que mais de um quarto dos desocupados se encontrava para ter uma fonte de sobrevivência.

**Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2021 e 3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

**Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a, 2022c).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

<sup>4</sup> De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDLP** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

O contingente de desocupados, na comparação do 3.º trim./2022 com o segundo trimestre do mesmo ano, manteve-se estável no RS (376 mil desocupados), em SC e em SP — as suas oscilações não têm significância estatística —; no PR e no País, ocorreram reduções de 12,0% e de 6,2% respectivamente (**Tabela 4**). A comparação interanual revela uma intensa queda do número de desocupados: -26,6% no RS (menos 136 mil desocupados), -25,4% em SC, -32,0% no PR, -34,2% em SP e -29,7% no País. No RS e em suas referências comparativas, esses níveis absolutos da desocupação são bastante inferiores ao do período que antecede a pandemia de Covid-19, em 2019.

**Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

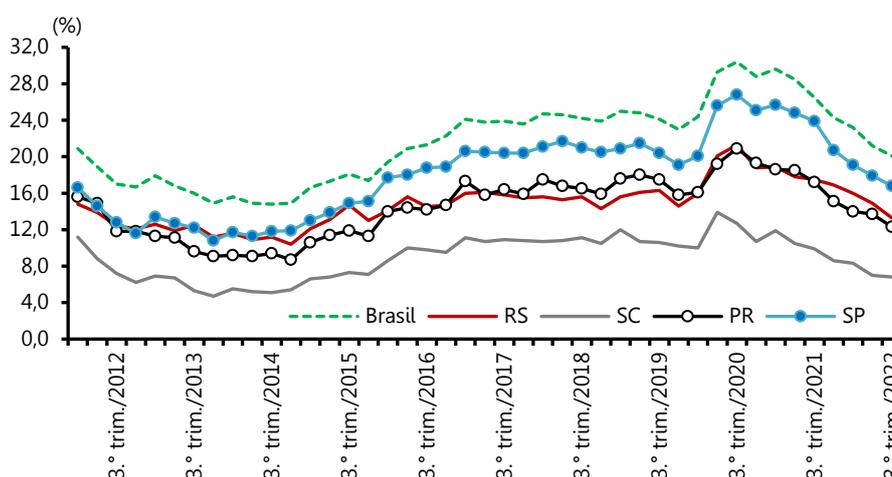
DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	2.º Trim./2022	3.º Trim./2022	3.º Trim./2022 2.º Trim./2022	3.º Trim./2022 3.º Trim./2021
<b>Brasil</b> .....	12.798	14.598	13.453	10.080	9.460	(1) -6,2	(1) -29,7
RS .....	555	601	512	387	376	-2,7	(1) -26,6
SC .....	227	253	207	160	154	-3,5	(1) -25,4
PR .....	559	617	484	374	329	(1) -12,0	(1) -32,0
SP .....	3.169	3.613	3.426	2.404	2.255	-6,2	(1) -34,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Ampliando-se o escopo de análise da subutilização da FT, passa-se a examinar o comportamento recente da taxa composta de subutilização da FT (TCSFT)<sup>5</sup>. Na comparação do 3.º trim./2022 com o segundo trimestre do mesmo ano, a TCSFT evidenciou queda no RS (de 14,9% para 13,3%), no PR (de 13,7% para 12,3%), em SP (de 17,9% para 16,8%) e no agregado nacional (de 21,2% para 20,1%); em SC, o indicador ficou estável (6,8%) — **Gráfico 10**. Quanto à referência comparativa interanual, a TCSFT evidenciou retração generalizada: -4,2 pontos percentuais no RS, -3,1 pontos percentuais em SC, -4,9 pontos percentuais no PR, e, de forma mais expressiva, -7,1 pontos percentuais em SP e -6,4 pontos percentuais no País. Assinale-se que esse indicador, no 3.º trim./2022, se situava, no RS e nas suas referências comparativas, em níveis inferiores aos do período imediatamente anterior ao do início da pandemia de Covid-19, em 2019.

**Gráfico 10 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

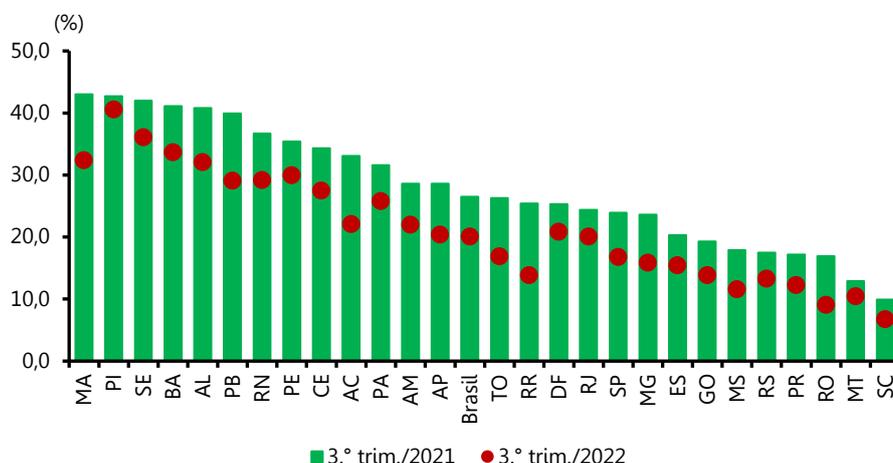
<sup>5</sup> A taxa composta de subutilização da força de trabalho (TCSFT) é assim obtida (ILO, 2013):

TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial)/FT ampliada] x 100.

A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial.

No que diz respeito à posição relativa do nível da TCSFT no RS frente ao de todas as UFs, esta pouco se alterou na comparação do 3.º trim./2021 com o mesmo trimestre de 2022, uma vez que o Estado passou do quinto para o sexto menor patamar desse indicador (**Gráfico 11**).

**Gráfico 11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil e nas unidades da Federação — 3.º trim./2021 e 3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Os contingentes que correspondem à TCSFT — os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, os desocupados e a força de trabalho potencial —, na comparação entre o terceiro e o segundo trimestre de 2022, evidenciaram retração de 10,1% no RS (passando de 959 mil para 863 mil pessoas), de 9,0% no PR, de 6,9% em SP e de 5,3% no âmbito nacional; em SC, a sua oscilação não tem significância estatística (**Tabela 5**). Na comparação interanual, ocorreu queda intensa e generalizada do contingente de pessoas subutilizadas: -22,7% no RS (menos 253 mil pessoas), -28,9% em SC, -27,1% no PR, -29,3% em SP e -23,8% no País. Também para os contingentes que compõem a medida composta de subutilização da FT, no 3.º trim./2022, as suas magnitudes passaram a se situar em níveis inferiores aos do pior momento da pandemia de Covid-19, no 3.º trim./2020.

**Tabela 5 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRI- MINA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	2.º Trim./2022	3.º Trim./2022	3.º Trim./2022 2.º Trim./2022	3.º Trim./2022 3.º Trim./2021
<b>Brasil</b> .....	27.821	33.746	30.743	24.736	23.426	(1) -5,3	(1)-23,8
RS .....	1.044	1.298	1.116	959	863	(1)-10,1	(1)-22,7
SC .....	427	499	398	292	283	-3,3	(1)-28,9
PR .....	1.124	1.302	1.094	876	798	(1) -9,0	(1)-27,1
SP .....	5.539	6.861	6.468	4.912	4.573	(1) -6,9	(1)-29,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

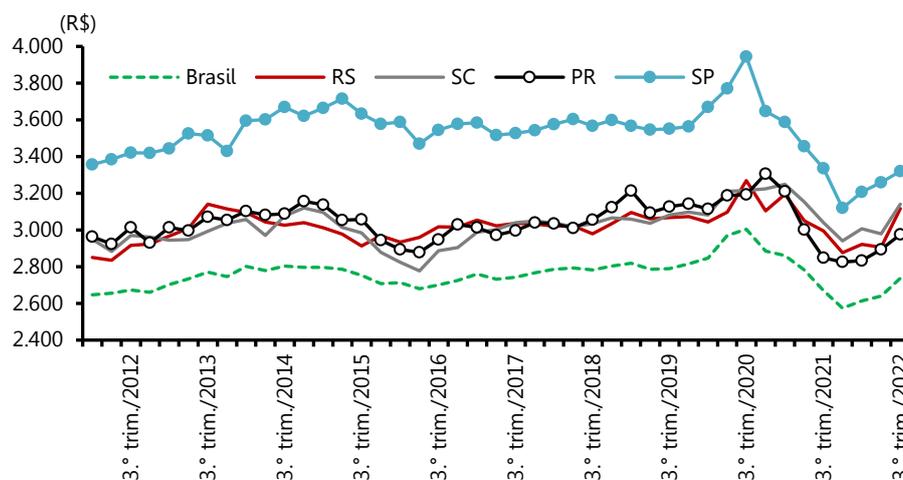
## 1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio real habitual dos ocupados evidenciou tendência de retração do 4.º trim./2020 ao 4.º trim./2021, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, conforme se pode constatar por meio da inspeção do **Gráfico 12**. Uma das causas dessa deterioração dos rendimentos reais foi o processo de aceleração da inflação verificado no País: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no acumulado de 12 meses, passou de 4,52% em dezembro de 2020 para 10,06% em dezembro de 2021. Em 2022, o IPCA, no acumulado de 12 meses, situou-se em 11,30% em março, 11,89% em junho e em 7,17% em setembro (IBGE, 2022d). Essa queda recente da inflação foi influenciada pela Lei Complementar n. 194, aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 2022,

que limitou as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

No 3.º trim./2022, frente ao trimestre imediatamente anterior, o rendimento médio real habitual dos ocupados no RS registrou uma variação positiva de 7,3%, assim como o de SC (5,4%) e o do País (3,7%); no PR e em SP, esse indicador permaneceu estável — as suas oscilações não têm significância estatística (**Gráfico 12**). No que se refere à comparação interanual, o rendimento médio real habitual dos ocupados manteve-se estável no RS, em SC e em SP — as suas oscilações não têm significância estatística —, enquanto, no PR e no País, teve variações positivas de 4,5% e 2,5% respectivamente. De modo geral, esses comportamentos sugerem, no período recente, a ocorrência de uma inflexão parcial no processo de queda dos rendimentos reais habituais dos ocupados.

**Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

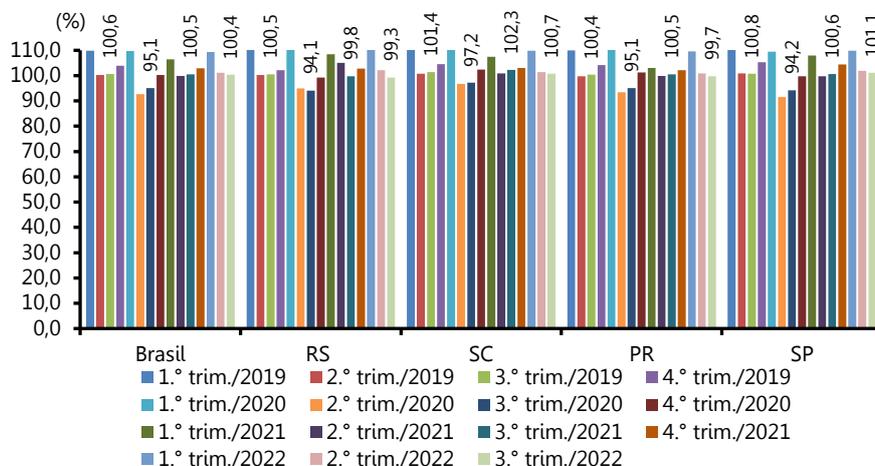
Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 3.º trim./2022.

Conforme foi mostrado em edições anteriores deste boletim, o rendimento médio real efetivo dos ocupados enquanto proporção do habitual havia tido uma queda muito acentuada no pior momento dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020 (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020; 2020a). Isso se deve ao fato de que o rendimento efetivo apreende melhor a incidência de choques de curto prazo sobre o mercado de trabalho, como aquele verificado em 2020 (CARVALHO, 2021). Ao se cotejar o 3.º trim./2021 com o mesmo trimestre de 2020, tanto no RS quanto nos demais estados da Região Sul, em SP e no País, esse indicador já evidenciava uma recuperação parcial (**Gráfico 13**). Na referência comparativa mais recente, a do 3.º trim./2022 frente ao 3.º trim./2021, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual estava, no RS, em um nível 0,5 ponto percentual inferior; em SC e no PR, 1,6 e 0,8 ponto percentual inferior respectivamente; em SP, 0,5 ponto percentual superior; e, no âmbito do País, encontrava-se praticamente no mesmo patamar. Somente SP registrava, no 3.º trim./2022, o rendimento médio real efetivo enquanto proporção do habitual em nível levemente superior ao do 3.º trim./2019.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no 3.º trim./2022, em relação ao 2.º trim./2022, verificou variações positivas no RS (8,7%), em SC (5,5%), no PR (5,4%) e no País (4,8%); em SP, ficou estável (**Tabela 6**). Quanto ao cotejo interanual do indicador, o seu desempenho foi ainda mais claramente favorável: variações positivas de 9,8% no RS, 10,4% em SC, 11,2% no PR, 7,3% em SP e 9,9% no plano nacional. Nessa referência comparativa, a *performance* positiva da massa de rendimento real foi influenciada, principalmente, pelo crescimento do contingente de ocupados. No RS, nos demais estados da Região Sul e no País, a massa de rendimento real habitual situava-se, no 3.º trim./2022, em um nível superior ao do 3.º trim./2019, portanto, ao do período anterior aos efeitos mais adversos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

**Gráfico 13 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-3.º trim./2022**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

**Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

DISCRI- MINA- ÇÃO	VALOR (R\$ milhões)					VARIÇÃO %	
	3.º Trim./2019	3.º Trim./2020	3.º Trim./2021	2.º Trim./2022	3.º Trim./2022	3.º Trim./2022 2.º Trim./2022	3.º Trim./2022 3.º Trim./2021
<b>Brasil</b> .....	258.221	244.583	242.686	254.537	266.731	(1)4,8	(1) 9,9
RS .....	16.873	16.197	16.152	16.317	17.743	(1)8,7	(1) 9,8
SC .....	11.182	11.051	11.074	11.580	12.222	(1)5,5	(1)10,4
PR .....	17.195	16.333	15.605	16.467	17.349	(1)5,4	(1)11,2
SP .....	80.504	77.382	73.376	76.980	78.738	2,3	(1) 7,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022a).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 3.º trim./2022.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

O processo de melhora dos principais indicadores do mercado de trabalho teve continuidade no 3.º trim./2022. Entre outros aspectos, tal constatação é ratificada pela recuperação da taxa de participação na força de trabalho, pelo aumento do nível de ocupação e pela queda na taxa de desocupação.

No RS, a TPFT, no 3.º trim./2022, elevou-se tanto na margem quanto na comparação interanual. O desempenho interanual do indicador foi convergente com aquele que ocorreu nos Estados de SC e PR e no agregado nacional, mas não em SP, que evidenciou estabilidade. Entre o RS e as suas referências comparativas selecionadas, somente SC havia alcançado, no 3.º trim./2022, uma TPFT cujo nível era superior ao do 3.º trim./2019, ou seja, do período anterior ao dos efeitos mais adversos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho.

Conforme foi mostrado, o NO elevou-se no RS, seja na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2022, seja na comparação interanual. Nessa última referência, o comportamento do indicador foi semelhante ao dos demais estados da Região Sul, de SP e do País. Tanto no RS quanto nas suas referências comparativas selecionadas, o NO encontrava-se, no 3.º trim./2022, em patamar superior ao do 3.º trim./2019, período que antecedeu os efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho.

No que diz respeito às modalidades de inserção na estrutura ocupacional, a TI, no RS, na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2022, registrou queda, movimento convergente com o de SC e do País, mas não com o de PR e SP, que foi de estabilidade. De acordo com as evidências apresentadas nesta seção, existem

indícios de que, no RS e nas suas referências comparativas selecionadas, o processo de aumento da TI foi, em alguma medida, interrompido após o 4.º trim./2021.

Quanto à subutilização da força de trabalho, a TD, no RS, no cotejo do 3.º trim./2022 com o trimestre imediatamente anterior, manteve-se estável, assim como em SC e SP, enquanto no PR e no País, registrou redução. A comparação interanual revelou retração generalizada da TD, no RS, nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. Conforme foi destacado, o nível da TD no RS, no 3.º trim./2022, foi o menor da série temporal da PNAD Contínua desde o 2.º trim./2015.

O indicador mais amplo de subutilização da força de trabalho, a TCSFT, no 3.º trim./2022, evidenciou queda no RS e nas suas referências comparativas selecionadas, tanto na margem quanto na comparação interanual. A TCSFT, no 3.º trim./2022, situava-se, no Estado, no menor nível desde o 4.º trim./2015.

De acordo com o que foi mostrado, o rendimento médio real habitual dos ocupados, no 3.º trim./2022, frente ao trimestre imediatamente anterior, registrou variações positivas no RS, em SC e no âmbito nacional, enquanto, no PR e em SP, ficou estável. No cotejo interanual, permaneceu estável no RS, em SC e em SP, e, no PR e no agregado nacional, teve variações positivas. Como constatação geral, as evidências apontam que o intenso processo de queda do rendimento médio real habitual verificado entre trimestres consecutivos ao longo de 2021 foi interrompido durante 2022.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, na comparação do terceiro com o segundo trimestre de 2022, no RS, nos demais estados da Região Sul e no País, teve variações positivas; em SP, manteve-se estável. No cotejo interanual, o indicador evidenciou variação positiva ainda mais intensa no RS e nas suas referências comparativas. Para tal desempenho contribuiu, principalmente, o crescimento do contingente de ocupados.

## 2 EMPREGO FORMAL: PROLONGA-SE A EXPANSÃO, COM MENOR IMPULSO

O foco desta seção é a variação do número de vínculos formais de trabalho no mercado gaúcho, nos 12 meses que se encerraram ao final de novembro último (última informação divulgada), com os recortes analíticos referentes às tendências setoriais, aos contrastes entre as regiões do Estado e a alguns atributos sociodemográficos selecionados dos trabalhadores — idade, sexo e escolaridade. A fonte dos dados é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência, que computa mensalmente todas as admissões e desligamentos de empregados formais no País.

Em vários momentos, recorre-se à comparação com o comportamento das variáveis nos 12 meses precedentes. É ainda uma limitação do Novo Caged a exiguidade de sua série histórica, uma vez que a base começou a existir (em substituição à versão anterior do Caged) apenas em janeiro de 2020. Até o momento, com os resultados avançando até novembro de 2022, só se podem cotejar dois anos completos.

A comparação dos resultados do Rio Grande do Sul com os das demais UFs restringe-se, aqui, ao comportamento do emprego formal total, o que é feito na próxima seção. A seguir, retomando-se a concentração na realidade gaúcha, analisam-se as trajetórias setoriais do emprego, em desagregações sucessivas: setores (grandes grupos), seções e divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0). Na terceira subseção, cotejam-se as dinâmicas recentes do emprego formal para diferentes recortes da população gaúcha, segundo sexo, idade e escolaridade; em seguida, comparam-se as evoluções recentes do estoque de empregos formais nas nove Regiões Funcionais (RFs) em que se subdivide o Estado. Ao final, registram-se os resultados do Novo Caged quanto à evolução dos níveis salariais praticados para trabalhadores ingressantes nesse segmento do mercado de trabalho, no Estado.

### 2.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME TOTAL DE EMPREGO FORMAL NO RS E NAS DEMAIS UFS

Entre o final de novembro de 2021 e o final de novembro último<sup>6</sup>, o Brasil gerou um saldo (número de admissões menos número de desligamentos) de 2,2 milhões de vínculos formais de emprego, o que significou uma expansão de 5,3%. Esse resultado marca uma desaceleração frente à elevação verificada nos 12 meses imediatamente anteriores, quando o saldo atingira 2,9 milhões, e a variação percentual, 7,7% (**Tabela 7**).

O considerável impulso na geração de empregos formais que se verificou já a partir do segundo semestre de 2020, em grande parte como recuperação do grande número de postos de trabalho que haviam sido fechados quando da eclosão da pandemia de Covid-19, no segundo trimestre daquele ano, demonstrou arrefecimento não apenas no agregado do País, mas em 25 das 27 UFs. Apenas Roraima e Mato Grosso do Sul ostentaram, nos 12 meses mais recentes, um crescimento mais expressivo de seus mercados formais do que aquele que haviam registrado entre novembro de 2020 e novembro de 2021.

Como vem sendo observado regularmente nas análises trimestrais que o Boletim apresenta, os melhores resultados relativos concentram-se na Região Norte. Nos 12 meses encerrados em novembro último, cinco das seis maiores variações do emprego formal ocorreram naquela porção do território nacional (Roraima, Amapá, Acre, Amazonas e Tocantins); uma UF nordestina, o Maranhão, entremeia-se nesse rol, ocupando a quarta posição. No intervalo temporal imediatamente anterior, as cinco primeiras colocações haviam sido de estados da Região Norte (o Pará comparecia, então, em lugar do Amazonas).

Entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022, a variação menos expressiva do número de vínculos formais, no País, foi a de Santa Catarina (3,9%); o Rio Grande do Sul ficou com o segundo pior resultado (4,2%). Intercala-se um estado da Região Nordeste, Sergipe (com 4,3%), para que, logo após, se encontre o Paraná com o quarto desempenho mais fraco (4,5%) entre as 27 UFs, o que termina de configurar um ano em que a Região Sul do Brasil demonstrou claramente um dinamismo negativamente diferenciado de seu mercado de trabalho.

<sup>6</sup> Os estoques estimados pelo Novo Caged e apresentados ao longo desta seção consideram sempre o último dia do mês referido.

Nos 12 meses anteriores, entre novembro de 2020 e o mesmo mês de 2021, o Rio Grande do Sul havia colhido o terceiro pior resultado (superando, então, apenas Sergipe e Rio de Janeiro). Nesse período, Santa Catarina saiu-se bem melhor, relativamente, do que no intervalo mais recente, conquistando a 10.<sup>a</sup> colocação entre as 27 UFs. O Paraná, semelhantemente ao RS, estava apenas uma posição acima da que veio a obter entre 2021 e 2022 (23.<sup>o</sup> lugar, naquele momento).

O número de novos vínculos formais de trabalho gerados no Rio Grande do Sul, nos 12 meses que finalizaram em novembro último, atingiu 109,2 mil, o que significou um acréscimo de 4,2%. O Estado, que detém o quinto maior mercado formal do País em número de vínculos, gerou o sexto maior saldo de empregos em números absolutos. Nos 12 meses anteriores, a expansão havia sido de 155,5 mil postos formais, e o percentual de crescimento atingia, então, 6,4%. Em volume de novos empregos, houve uma diminuição de cerca de 30% no mercado formal gaúcho, na comparação entre os dois períodos de 12 meses.

**Tabela 7 - Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — nov./2020-nov./2022**

BRASIL E UFs	ESTOQUE			2020-21		2021-22		2020-22	
	Nov./20	Nov./21	Nov./22	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %
<b>BRASIL</b> .....	38.058.826	40.971.652	43.144.732	2.912.826	7,7	2.173.080	5,3	5.085.906	13,4
Roraima .....	58.310	63.844	72.559	5.534	9,5	8.715	13,7	14.249	24,4
Amapá .....	63.622	70.091	76.589	6.469	10,2	6.498	9,3	12.967	20,4
Acre .....	79.511	87.208	95.093	7.697	9,7	7.885	9,0	15.582	19,6
Maranhão .....	486.109	526.893	570.965	40.784	8,4	44.072	8,4	84.856	17,5
Amazonas .....	410.488	447.881	484.263	37.393	9,1	36.382	8,1	73.775	18,0
Tocantins .....	183.549	201.122	216.344	17.573	9,6	15.222	7,6	32.795	17,9
Mato Grosso do Sul	528.781	566.958	609.056	38.177	7,2	42.098	7,4	80.275	15,2
Mato Grosso .....	726.363	791.606	848.631	65.243	9,0	57.025	7,2	122.268	16,8
Bahia .....	1.662.098	1.803.990	1.933.856	141.892	8,5	129.866	7,2	271.758	16,4
Goiás .....	1.206.111	1.317.613	1.410.289	111.502	9,2	92.676	7,0	204.178	16,9
Rondônia .....	231.320	247.458	263.539	16.138	7,0	16.081	6,5	32.219	13,9
Alagoas .....	344.408	375.400	399.200	30.992	9,0	23.800	6,3	54.792	15,9
Distrito Federal .....	777.674	836.184	887.851	58.510	7,5	51.667	6,2	110.177	14,2
Rio de Janeiro .....	3.047.414	3.239.038	3.436.783	191.624	6,3	197.745	6,1	389.369	12,8
Ceará .....	1.109.678	1.193.527	1.266.075	83.849	7,6	72.548	6,1	156.397	14,1
Espírito Santo .....	722.746	779.185	825.749	56.439	7,8	46.564	6,0	103.003	14,3
Paraíba .....	399.697	434.446	459.734	34.749	8,7	25.288	5,8	60.037	15,0
Pernambuco .....	1.202.433	1.297.945	1.367.852	95.512	7,9	69.907	5,4	165.419	13,8
Rio Grande do Norte	409.330	441.121	463.933	31.791	7,8	22.812	5,2	54.603	13,3
Piauí .....	281.494	302.803	317.844	21.309	7,6	15.041	5,0	36.350	12,9
Pará .....	754.333	826.959	867.391	72.626	9,6	40.432	4,9	113.058	15,0
São Paulo .....	11.885.885	12.751.042	13.349.507	865.157	7,3	598.465	4,7	1.463.622	12,3
Minas Gerais .....	4.008.952	4.332.665	4.530.924	323.713	8,1	198.259	4,6	521.972	13,0
Paraná .....	2.652.686	2.839.068	2.966.726	186.382	7,0	127.658	4,5	314.040	11,8
Sergipe .....	267.851	284.294	296.552	16.443	6,1	12.258	4,3	28.701	10,7
Rio Grande do Sul .....	2.424.675	2.580.150	2.689.354	155.475	6,4	109.204	4,2	264.679	10,9
Santa Catarina .....	2.112.147	2.301.820	2.392.033	189.673	9,0	90.213	3,9	279.886	13,3
Não identificado .....	21.161	31.341	46.040	-	-	-	-	-	-

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

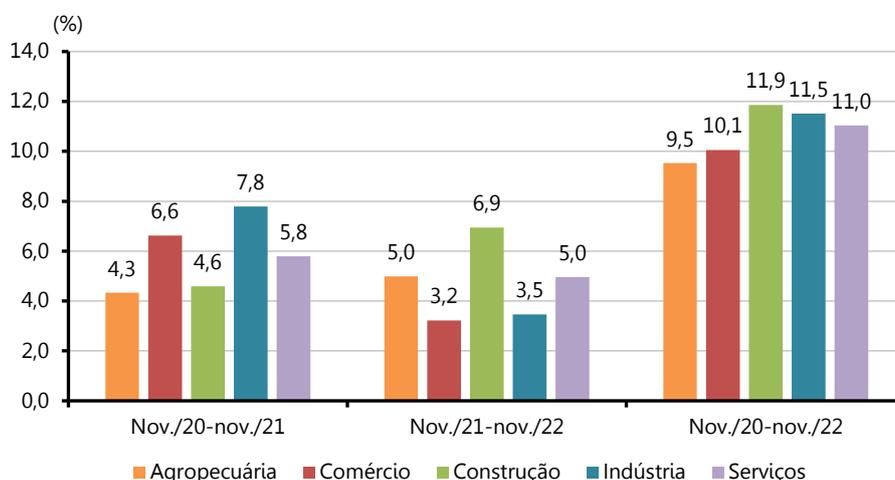
Acumulando-se os 24 meses entre novembro de 2020 e o mesmo mês de 2022, o Brasil gerou 5,1 milhões de empregos formais, uma expansão de 13,4%; o Rio Grande do Sul criou 264,7 mil postos adicionais (10,9% de ampliação do estoque, o segundo resultado relativo menos expressivo, superando apenas Sergipe).

## 2.2 O COMPORTAMENTO SETORIAL DO EMPREGO GAÚCHO

Os 109,2 mil postos formais gerados no Estado, no acumulado dos últimos 12 meses disponíveis da série do Novo Caged, distribuíram-se de forma heterogênea entre os setores de atividade, que têm dimensões bastante diferenciadas na estrutura do mercado de trabalho. A maior parcela desse saldo concentrou-se no setor serviços, que foi o responsável por 48,1% dessa expansão e é o maior empregador formal. Já o ordenamento de maiores saldos gerados entre novembro de 2021 e novembro de 2022 reproduz a sequência da participação que esses setores detêm na estrutura do mercado formal (aos serviços seguem-se indústria, comércio, construção e agropecuária, nessa ordem).

O maior interesse analítico encontra-se no cotejo da dinâmica do emprego dos diferentes setores ao longo do período abordado, o que se faz, primeiramente, pela taxa de variação do estoque de vínculos formais de cada um deles no período entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022, bem como nos 12 meses precedentes e no acumulado dos 24 meses considerados (**Gráfico 14**).

**Gráfico 14 - Variação do emprego formal, segundo setores de atividade, no Rio Grande do Sul — nov./20-nov./22**



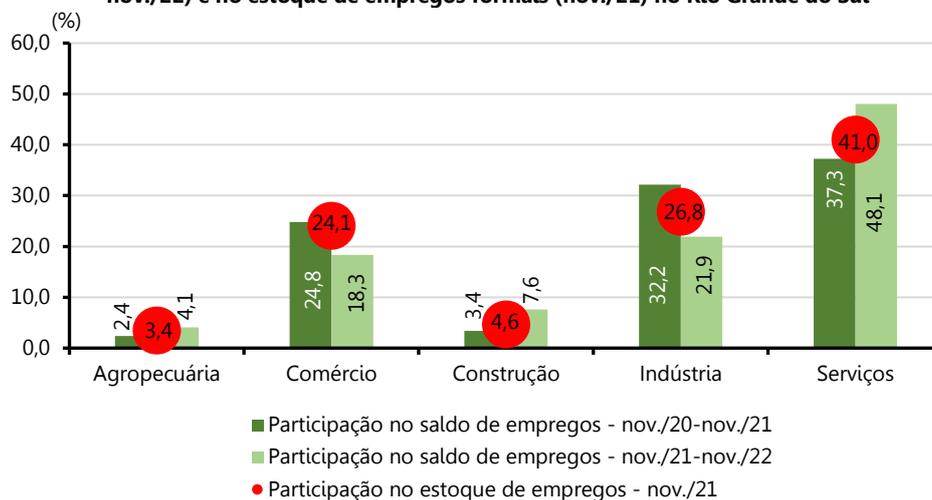
Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Como se pode visualizar no Gráfico 14, entre novembro de 2021 e novembro de 2022, a maior variação percentual do emprego formal (6,9%), no Estado, registrou-se na construção. Serviços e agropecuária dividiram a segunda posição, ambos com 5,0% de expansão de seus estoques. A indústria, que havia liderado o crescimento nos 12 meses anteriores, passou para a quarta colocação (3,5%), superando apenas o comércio (3,2%), que havia tido o segundo melhor resultado no período anterior. Com esses fortes contrastes entre os desempenhos relativos dos setores nos dois intervalos sucessivos de tempo, o acumulado de 24 meses consolidou o seguinte ordenamento: a maior variação do emprego formal ficou com a construção (11,9%), seguida da indústria (11,5%). Serviços, comércio e agropecuária vêm na sequência, nessa ordem. É interessante observar que a dispersão dos resultados acumulados é bem menor do que em cada período de 12 meses tomado em separado, tendo como ponto mínimo os 9,5% da agropecuária e, como máximo, os referidos 11,9% da construção. Sem que se incorra no risco de simplificar a multiplicidade de condicionantes que intervêm sobre cada setor, em cada uma dessas seções (analíticas) do tempo, os contrastes no desempenho do mercado de formal dos setores em cada um dos dois períodos podem sugerir, em alguma medida, diferenças de temporalidade na resposta das atividades econômicas à emergência sanitária e a todos os seus fortes efeitos, cuja incidência apresentou peculiaridades logísticas, tecnológicas e socioeconômicas para cada uma dessas atividades.

Uma segunda forma de se apreenderem essas distinções setoriais nos dois períodos é visualizar a contribuição de cada setor para a formação dos saldos de emprego em cada intervalo de 12 meses, tendo-se como referência o peso que esse setor ostenta na estrutura do mercado formal de trabalho do Estado no ponto intermediário de tempo (novembro de 2021). Como o **Gráfico 15** mostra, para os cinco setores, pode-se observar um fenômeno análogo: os

que, no primeiro intervalo de 12 meses, haviam contribuído proporcionalmente mais para o saldo de emprego do que seu peso na estrutura do emprego apresentam, no segundo momento, uma participação inferior àquele parâmetro. Esses são os casos de comércio e indústria. O inverso simétrico dá-se com os outros três setores: agropecuária, construção e serviços, que, entre novembro de 2020 e novembro de 2021, haviam aportado ao saldo de emprego uma parcela inferior à sua participação estrutural, “compensaram” essa diferença nos 12 meses mais recentes.

**Gráfico 15 - Participação dos setores de atividade na formação dos saldos (nov./20-nov./22) e no estoque de empregos formais (nov./21) no Rio Grande do Sul**



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

Mesmo com esse parcial “ajustamento”, de um intervalo de 12 meses para o outro, dois setores perderam participação no acumulado dos dois anos, já que seus estoques de emprego cresceram proporcionalmente menos do que o do total das atividades no Estado. Foram eles o comércio e a agropecuária, cujas variações, nesse arco mais longo de tempo, foram de 10,1% e 9,5%, respectivamente, enquanto a do Rio Grande do Sul, no conjunto de suas atividades econômicas, atingiu 10,9%. Os outros três setores superaram o parâmetro estadual, com crescimentos acumulados próximos entre si: serviços, com 11,0%, indústria, com 11,5%, e construção, com 11,9%.

Para conhecer um pouco mais sobre as dinâmicas do emprego nas atividades econômicas gaúchas, procedem-se, a seguir, a duas desagregações setoriais sucessivamente mais abertas, para evidenciar alguns segmentos que se destacam por volumes de postos gerados e/ou por variações relativas expressivas.

Na classificação dos estabelecimentos em 21 seções da CNAE 2.0, que circunscreve categorias de tamanhos bastante heterogêneos, os maiores saldos de vínculos formais gerados no Estado, entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022, ocorreram na indústria de transformação (23,4 mil), em comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (20,0 mil), em atividades administrativas e serviços complementares (11,3 mil), em alojamento e alimentação (9,8 mil) e em construção (8,3 mil). Também nas seções da CNAE 2.0, similarmente ao que foi visto acima com relação aos setores, os maiores saldos absolutos de emprego registraram-se, de modo geral, nas atividades com maiores contingentes de trabalhadores formais. Apenas duas seções da CNAE 2.0 sofreram diminuição de contingente empregado: eletricidade e gás e atividades imobiliárias. Juntas, eliminaram 875 vínculos formais. A primeira vem apresentando tendências de retração ao longo da série mais recente, o que pode refletir o processo de privatização atravessado pela companhia elétrica estatal gaúcha; a segunda parece estar passando por uma readequação, após a expansão muito intensa por que passou, logo após a eclosão da pandemia e ao longo de muitos meses imediatamente posteriores. Com isso, as atividades imobiliárias ainda acumulam expansão de 7,2%, quando considerados os 24 meses aqui referidos, ao passo que eletricidade e gás computam uma retração de 10,6% nesse intervalo estendido de tempo (**Tabela 8**).

**Tabela 8 - Estoque, saldo e variação do emprego formal, segundo seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — nov./20-nov./22**

SEÇÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE			SALDO			VARIÇÃO %		
	Nov./20	Nov./21	Nov./22	Nov./21 Nov./20	Nov./22 Nov./21	Nov./22 Nov./20	Nov./21 Nov./20	Nov./22 Nov./21	Nov./22 Nov./20
Alojamento e alimentação .....	79.843	87.107	96.933	7.264	9.826	17.090	9,1	11,3	21,4
Artes, cultura, esporte e recreação .....	13.460	14.060	15.576	600	1.516	2.116	4,5	10,8	15,7
Informação e comunicação .....	58.742	65.852	71.009	7.110	5.157	12.267	12,1	7,8	20,9
Construção .....	114.549	119.802	128.126	5.253	8.324	13.577	4,6	6,9	11,9
Educação .....	96.759	99.650	106.157	2.891	6.507	9.398	3,0	6,5	9,7
Atividades profissionais, científicas e técnicas	62.263	68.503	72.764	6.240	4.261	10.501	10,0	6,2	16,9
Água, esgoto, atividades de gestão de resí- duos e descontaminação .....	14.260	14.419	15.299	159	880	1.039	1,1	6,1	7,3
Atividades administrativas e serviços com- plementares .....	198.791	214.099	225.371	15.308	11.272	26.580	7,7	5,3	13,4
Agricultura, pecuária, produção florestal, pes- ca e aquicultura .....	85.194	88.883	93.315	3.689	4.432	8.121	4,3	5,0	9,5
Outras atividades de serviços .....	50.624	52.508	54.644	1.884	2.136	4.020	3,7	4,1	7,9
Transporte, armazenagem e correio .....	148.475	152.172	157.834	3.697	5.662	9.359	2,5	3,7	6,3
Indústrias de transformação .....	612.251	662.475	685.862	50.224	23.387	73.611	8,2	3,5	12,0
Comércio, reparação de veículos automoto- res e motocicletas .....	582.497	621.076	641.096	38.579	20.020	58.599	6,6	3,2	10,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados .....	52.330	54.333	55.845	2.003	1.512	3.515	3,8	2,8	6,7
Saúde humana e serviços sociais .....	173.946	182.968	187.307	9.022	4.339	13.361	5,2	2,4	7,7
Administração pública, defesa e seguridade social .....	53.495	54.034	54.811	539	777	1.316	1,0	1,4	2,5
Indústrias extrativas .....	5.643	5.981	6.000	338	19	357	6,0	0,3	6,3
Eletricidade e gás .....	9.967	9.252	8.906	-715	-346	-1.061	-7,2	-3,7	-10,6
Atividades imobiliárias .....	11.461	12.810	12.281	1.349	-529	820	11,8	-4,1	7,2
<b>Total (1) .....</b>	<b>2.424.675</b>	<b>2.580.150</b>	<b>2.689.354</b>	<b>155.475</b>	<b>109.204</b>	<b>264.679</b>	<b>6,4</b>	<b>4,2</b>	<b>10,9</b>

Fonte: Novo CAGED (Brasil, 2022)

(1) Não são apresentadas na tabela, mas estão computadas no total, duas seções da CNAE 2.0 com estoques de empregos formais inferiores a 150 vínculos, em novembro de 2022.

Quando se consideram as variações relativas, prossegue a tendência já apontada nos últimos números deste boletim: lideram duas das atividades que, nos primeiros meses da série, mais precisamente logo após a eclosão da pandemia de Covid-19 (no 2.º trim./2020), haviam enfrentado os mais dramáticos cortes de pessoal formalmente empregado (BOLETIM DE TRABALHO, 2020). A expansão de 11,3% na seção alojamento e alimentação, entre novembro de 2021 e novembro de 2022, é bem mais do que o dobro — quase três vezes superior — dos 4,2% de crescimento do emprego total no Rio Grande do Sul, no período. Observe-se que, já no período entre novembro de 2020 e novembro de 2021 (Tabela 8), essa seção CNAE lograra gerar mais postos, proporcionalmente, do que o conjunto de atividades, uma vez que sua recuperação teve início ainda em 2020, no segundo semestre. O resultado de artes, cultura, esporte e recreação, o segundo melhor, em termos relativos, dos 12 meses mais recentes, também mais do que duplica o percentual geral do mercado formal gaúcho — entretanto, como se observa, os 12 meses anteriores ainda a encontravam em desvantagem relativa<sup>7</sup>. Informação e comunicação, diferentemente dessas duas primeiras seções, continua em ótima posição relativa frente às demais seções, mas já tem uma superioridade um pouco menos pronunciada do que no período anterior, tendo-se como referência, a cada período, o resultado do agregado de atividades. Esse é um segmento que se mantém bastante dinâmico ao longo de toda a série do Caged.

Entre as variações que se destacaram no extremo oposto, encontram-se as duas seções já referidas, em que se verificou diminuição do estoque de empregados. Com resultados positivos, mas muito inferiores aos do conjunto

<sup>7</sup> Em dados atualizados (uma vez que a base do Novo Caged sofre sucessivos ajustes, em função da incorporação de registros informados fora de prazo pelos empregadores, entre outros procedimentos metodológicos), recupera-se a memória do ano de 2020 completo, tal como se encontra na série atualmente: as seções da CNAE 2.0 alojamento e alimentação, de um lado, e artes, cultura, esporte e recreação, de outro, tiveram as duas mais severas retrações relativas nesse ano, de 20,0% e 13,1%, respectivamente, muito mais drásticas do que a queda de 1,7% do conjunto das atividades.

das atividades econômicas, podem-se apontar, ainda, indústrias extrativas (0,3%), administração pública, defesa e seguridade social (1,4%) e saúde humana e serviços sociais (2,4%). Esta última, como se pode verificar na Tabela 8, já havia crescido menos do que o conjunto das atividades, nos 12 meses entre novembro de 2020 e o mesmo mês de 2021 (porém, com uma distância, então, menos pronunciada). É importante que se tenha presente que sua expansão, ao longo de 2020, foi destaque<sup>8</sup>, e que, se, posteriormente, não manteve o mesmo empuxo que lhe foi dado pela emergência sanitária, tampouco passou por uma retração “corretiva”, no momento em que as taxas de hospitalização por Covid-19 se reduziram consistentemente.

Um último passo nessa desagregação setorial permite cotejar os estabelecimentos empregadores distribuídos em 87 divisões da CNAE 2.0 (**Tabela 9**). Na análise, desconsideraram-se aquelas que, em novembro de 2022, não mantinham ao menos 1 mil trabalhadores formalmente vinculados, o que reduziu o número de divisões a 75. Iniciando-se pelos maiores saldos gerados nos últimos 12 meses, a liderança é da divisão comércio varejista, que expandiu em 10,7 mil trabalhadores seu contingente, seguida por serviços de alimentação (8,2 mil), comércio por atacado exceto veículos automotores e motocicletas (6,8 mil) e educação (6,5 mil). Serviços especializados para a construção (5,8 mil) vem em quinta posição, e, na sequência comparece a primeira divisão integrante da indústria de transformação, a preparação de couros, fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (5,0 mil). Divisões ligadas ao comércio e aos serviços, nessa abertura, geraram os maiores volumes de emprego, entre novembro de 2021 e novembro de 2022. Dez dessas 75 divisões tiveram redução de seus contingentes, destacando-se, em números absolutos, construção de edifícios (-823), fabricação de móveis (-703) e atividades imobiliárias (-529).

Observando-se as variações percentuais, a mais vultosa é da divisão fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores: nada menos do que 135,2%. Essa atividade ocupa um contingente relativamente pequeno, de 2,7 mil empregados formais (na média dos meses de novembro dos últimos três anos), está concentrada no sul do Estado e se dedica fundamentalmente à fabricação de embarcações. Nos 12 meses anteriores, entre novembro de 2020 e o mesmo mês de 2021, tinha passado por uma retração muito drástica, de 32,6%. Concentrada em um número muito pequeno de estabelecimentos, essa produção tem sofrido reacomodações intensas e bruscas de cenário nos últimos anos, desde que se desenhou a expectativa de um polo naval no sul do território gaúcho, com posteriores retrocessos. O segundo maior crescimento relativo (17,8%) registrou-se em seleção, agenciamento e locação de mão de obra (que agregou 3,1 mil empregados adicionais, atingindo 20,6 mil vínculos formais). Seguem-se atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (16,1%); atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão (15,9%), que, ainda assim, se limitavam a 1,2 mil empregados, em novembro último, tendo por pouco superado o patamar mínimo aqui estabelecido; coleta, tratamento e disposição de resíduos (13,7%), que agregou 1,0 mil vínculos de trabalho; e serviços especializados para construção (13,6%), divisão já referida como destaque no número absoluto de novos empregos (5,8 mil) nos últimos 12 meses.

---

<sup>8</sup> Nos 12 meses de 2020, a seção saúde humana e serviços sociais expandiu-se 3,2%, percentual que, num contexto de retração do emprego total, lhe garantiu a condição de terceira maior variação relativa entre as 21 categorias dessa desagregação.

**Tabela 9 - Estoque, saldo e variação do emprego formal, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — nov./20-nov./22**

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE			SALDO			VARIÇÃO %		
	Nov./20	Nov./21	Nov./22	Nov./21 Nov./20	Nov./22 Nov./21	Nov./22 Nov./20	Nov./21 Nov./20	Nov./22 Nov./21	Nov./22 Nov./20
	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores .....	2.445	1.649	3.879	-796	2.230	1.434	-32,6	135,2
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra .....	15.584	17.502	20.618	1.918	3.116	5.034	12,3	17,8	32,3
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial .....	2.563	3.016	3.503	453	487	940	17,7	16,1	36,7
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão .....	1.031	1.022	1.185	-9	163	154	-0,9	15,9	14,9
Coleta, tratamento e disposição de resíduos .....	7.366	7.568	8.607	202	1.039	1.241	2,7	13,7	16,8
Serviços especializados para construção .....	38.470	42.599	48.377	4.129	5.778	9.907	10,7	13,6	25,8
Obras de infraestrutura .....	28.653	28.542	31.911	-111	3.369	3.258	-0,4	11,8	11,4
Alimentação .....	66.190	71.747	79.980	5.557	8.233	13.790	8,4	11,5	20,8
Atividades dos serviços de Tecnologia da Informação	28.346	33.978	37.837	5.632	3.859	9.491	19,9	11,4	33,5
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas .....	2.808	2.730	3.036	-78	306	228	-2,8	11,2	8,1
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros .....	7.243	8.395	9.269	1.152	874	2.026	15,9	10,4	28,0
Alojamento .....	13.653	15.360	16.953	1.707	1.593	3.300	12,5	10,4	24,2
(...)									
Educação .....	96.759	99.650	106.157	2.891	6.507	9.398	3,0	6,5	9,7
Fabricação de bebidas .....	7.258	7.959	8.477	701	518	1.219	9,7	6,5	16,8
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas .....	99.533	108.578	115.358	9.045	6.780	15.825	9,1	6,2	15,9
Produção florestal .....	6.871	7.502	7.962	631	460	1.091	9,2	6,1	15,9
(...)									
Comércio varejista .....	425.160	450.875	461.577	25.715	10.702	36.417	6,0	2,4	8,6
Atividades de atenção à saúde humana .....	154.854	163.392	166.759	8.538	3.367	11.905	5,5	2,1	7,7
(...)									
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel .....	10.957	11.511	11.642	554	131	685	5,1	1,1	6,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos .....	54.779	60.698	61.340	5.919	642	6.561	10,8	1,1	12,0
Fabricação de produtos de minerais não metálicos .....	17.651	19.135	19.311	1.484	176	1.660	8,4	0,9	9,4
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde .....	7.668	7.891	7.851	223	-40	183	2,9	-0,5	2,4
Construção de edifícios .....	47.426	48.661	47.838	1.235	-823	412	2,6	-1,7	0,9
Fabricação de móveis .....	35.094	38.195	37.492	3.101	-703	2.398	8,8	-1,8	6,8
Captação, tratamento e distribuição de água .....	6.468	6.321	6.104	-147	-217	-364	-2,3	-3,4	-5,6
Eletricidade, gás e outras utilidades .....	9.967	9.252	8.906	-715	-346	-1.061	-7,2	-3,7	-10,6
Correio e outras atividades de entrega .....	9.419	8.740	8.401	-679	-339	-1.018	-7,2	-3,9	-10,8
Edição e edição integrada à impressão .....	4.598	4.373	4.200	-225	-173	-398	-4,9	-4,0	-8,7
Atividades imobiliárias .....	11.461	12.810	12.281	1.349	-529	820	11,8	-4,1	7,2
Transporte aquaviário .....	1.071	1.123	1.061	52	-62	-10	4,9	-5,5	-0,9
Fabricação de produtos do fumo .....	6.137	6.308	5.949	171	-359	-188	2,8	-5,7	-3,1
<b>Total</b> .....	<b>2.424.675</b>	<b>2.580.150</b>	<b>2.689.354</b>	<b>155.475</b>	<b>109.204</b>	<b>264.679</b>	<b>6,4</b>	<b>4,2</b>	<b>10,9</b>

Fonte: Novo CAGED (Brasil, 2022)

Nota: O ordenamento das divisões apresentadas acompanha o saldo de empregos nov./21-nov./22. Constam as divisões que obtiveram os maiores e os menores resultados segundo saldo e variações. Indica-se com reticências (...) a supressão de um grupo de divisões.

## 2.3 O ACESSO AOS EMPREGOS ADICIONAIS, POR DIFERENTES SEGMENTOS DA POPULAÇÃO

O acesso aos empregos adicionais criados entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022 evidencia alguns contrastes socialmente relevantes, quando se analisam as expansões dos estoques de vínculos formais segundo atributos sociodemográficos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Esse procedimento permite aquilatar a contribuição de cada um desses grupos para a formação do saldo de 109,2 mil postos gerados no Rio Grande do Sul (**Tabela 10**).

Pelo critério de sexo, houve um virtual equilíbrio entre homens e mulheres: 50,1% dos empregos reverteram em expansão do contingente masculino, enquanto 49,9% destinaram-se ao feminino. Essa equidade contribui para prolongar a tendência de gradativa convergência das participações de homens e mulheres no mercado formal de trabalho gaúcho. Na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referente ao ano de 2021, recentemente divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência, a força de trabalho masculina comparece com 53,2% dos vínculos formais,

enquanto à feminina cabem 46,8%. Dez anos antes, segundo a mesma fonte, os homens ocupavam 55,3% desse mercado, e as mulheres, 44,7%. Como se pode perceber, o processo de aproximação das participações dos sexos é paulatino, mas claramente reconhecível na série.

Os saldos — que, vale lembrar, resultam da subtração do total de desligamentos do total de admissões — evidenciam uma forte preferência pela contratação da mão de obra mais jovem. Nesses últimos 12 meses disponíveis, no Estado, mais do que uma quarta parte (26,3%) do adicional de empregos formais localizou-se no segmento de trabalhadores menores de idade. Houve um saldo de 28,8 mil ingressos nessa faixa etária. Os jovens de 18 a 24 anos, por seu turno, concentraram mais da metade dos postos adicionais gerados no período (53,7%, o que implicou 58,6 mil vínculos adicionais). A soma desses dois segmentos etários revela exatos 80% dos empregos gerados em um ano no Estado, ocupados por indivíduos com menos de 25 anos de idade. Para que se tenha a percepção do quanto esse perfil da força de trabalho recrutada se distancia da estrutura etária dos empregados formais totais, registre-se que, na RAIS de 2021, a participação dos trabalhadores com menos de 25 anos era de apenas 15,5%. Efetuando-se outra agregação de faixas, constata-se que, ainda segundo a RAIS, os indivíduos com 25 a 49 anos correspondiam a 65,5% dos empregados formais gaúchos ao final de 2021; entretanto, sua participação no saldo do Novo Caged, entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022, limitou-se a 30,5%. Nesses mesmos 12 meses, as duas faixas com idades mais elevadas sofreram mais desligamentos do que admissões, tendo sido eliminados 4,2 mil vínculos no segmento entre 50 e 64 anos e 7,3 mil junto aos trabalhadores com 65 anos ou mais.

**Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo em nov./2021-nov./2022 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2021 segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul**

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED NOV/22 NOV/21		RAIS 2021 (31/DEZ)	ACUMULADO EM 2022
	Saldo	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque	
<b>Sexo (total)</b> .....	109.204	100,0	100,0	128.523
Homens .....	54.763	50,1	53,2	65.315
Mulheres .....	54.441	49,9	46,8	63.208
<b>Faixa etária (total)</b> .....	109.204	100,0	100,0	128.523
Menos de 18 anos .....	28.751	26,3	1,3	28.700
De 18 a 24 anos .....	58.629	53,7	14,2	63.860
De 25 a 29 anos .....	12.662	11,6	13,3	14.999
De 30 a 39 anos .....	12.323	11,3	28,2	15.496
De 40 a 49 anos .....	8.297	7,6	23,4	11.866
De 50 a 64 anos .....	-4.163	-3,8	17,8	-2.977
65 ou mais .....	-7.295	-6,7	1,7	-3.421
<b>Escolaridade (total)</b> .....	109.204	100,0	100,0	128.524
Analfabeto .....	635	0,6	0,2	635
Fundamental incompleto .....	10.334	9,5	10,0	10.334
Fundamental completo .....	6.867	6,3	8,8	6.867
Médio incompleto .....	20.938	19,2	7,8	20.938
Médio completo .....	75.297	69,0	45,1	75.297
Superior incompleto .....	6.229	5,7	6,3	6.229
Superior completo .....	8.224	7,5	21,7	8.224

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).  
RAIS (BRASIL, 2021).

Os saldos do emprego segundo a idade precisam ser interpretados com prudência. O Novo Caged apreende apenas as admissões e os desligamentos de força de trabalho e não se presta a um monitoramento regular do perfil do conjunto de vínculos ativos de trabalho. Os efeitos da progressão “natural” da idade dos trabalhadores que permanecem empregados sobre a estrutura etária do emprego não são, portanto, apreendidos pelo Novo Caged. Isso não reduz o impacto da constatação de que 80,0% do saldo de vínculos formais no Estado se concentraram no segmento com até 24 anos. Esse padrão tende a se associar a um rebaixamento dos salários de ingresso, variável a que se retornará ao final desta seção.

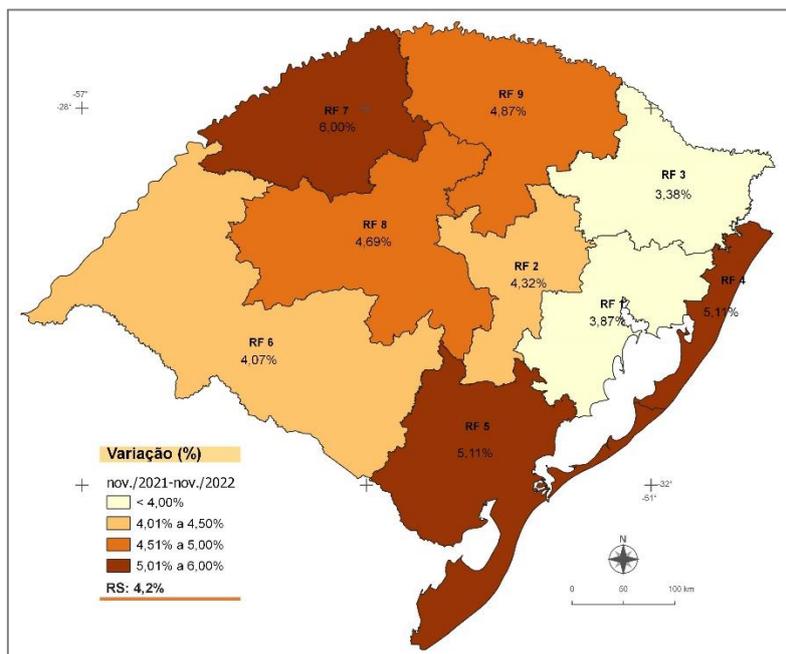
Aplicando-se, por fim, o mesmo tratamento aos trabalhadores segundo seu grau de escolaridade, é possível identificar uma tendência clara, cuja exposição é facilitada ao se tratar essa variável em três categorias mais abrangentes. A primeira delas é a de indivíduos com menos anos de estudo completos, desde os analfabetos até os que concluíram (apenas) o ensino fundamental. Para essa faixa, o acesso ao emprego identificado nos últimos 12 meses disponíveis do Novo Caged não guarda muita discrepância com a participação de que ela desfrutava no mercado formal de trabalho gaúcho ao final de 2021, conforme a RAIS: respondeu por 16,3% do saldo da primeira fonte e representava 19,0% do estoque da segunda. Em segundo lugar, tem-se a faixa do ensino médio, que agrupa trabalhadores que o completaram e aqueles que estão ou estiveram matriculados, mas não o concluíram. Nesse caso, a sua participação no incremento recente do emprego é muito mais do que proporcional ao seu peso na estrutura do mercado formal: 88,1% no primeiro caso *versus* 52,9% no segundo. Esse que se apresenta como um viés de preferência, do ponto de vista dos empregadores, afirma-se em detrimento da terceira categoria, a dos indivíduos com mais altos níveis de escolaridade. Efetivamente, os trabalhadores com ensino superior completo ou incompleto, conjuntamente, responderam por apenas 13,2% do saldo de vínculos formais gerado entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022, ao passo que sua participação na estrutura do emprego legalizado, segundo a RAIS, era mais do que duas vezes superior, atingindo 28%.

Também a respeito dessa variável, é preciso considerar que, em alguns casos, o empregado, sem ruptura de vínculo de trabalho — e, portanto, sem ser captado pelo Novo Caged —, prossegue sua escolarização, eventualmente tendo uma certificação valorizada e recompensada em seu enquadramento funcional junto ao estabelecimento, e que, como no caso da idade, não se pode extrair do Novo Caged conclusões que ele não autoriza plenamente. Aqui também, entretanto, e considerados os limites da fonte, é fundamental perceber que o mercado de trabalho para profissionais de nível superior completo costuma ter um dinamismo próprio, em que o recrutamento de trabalhadores qualificados — e mesmo a disputa por eles — marca, em um ambiente inovativo e competitivo, uma grande parcela do interesse dos estabelecimentos. Quando esse nível de escolaridade se encontra tão claramente sub-representado na formação de saldos positivos do emprego, convém que se atente a essa sinalização.

## 2.4 A HETEROGENEIDADE DOS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

O crescimento do emprego formal, que, entre novembro de 2021 e o mesmo mês de 2022, ocorreu em todas as UFs e, no plano estadual, em todos os setores de atividade, pode também ser identificado nas nove Regiões Funcionais (RFs) em que o Rio Grande do Sul se subdivide. Ainda assim, e também nesse caso, há relevantes diferenças de intensidade que merecem exame, mesmo que breve. As variações do estoque de vínculos legalizados de trabalho das RFs distribuíram-se entre um mínimo de 3,4%, na RF3 — nucleada pela Serra —, e um máximo de 6,0%, registrado na RF7 — Noroeste do Estado (**Mapa 1**). A indústria de transformação, especialmente a de máquinas e equipamentos, no nível regional, e a construção tiveram papel relevante para o desempenho da RF7. Empatadas na segunda posição, a RF5 e a RF4 alcançaram, ambas, 5,1% de expansão de seus vínculos formais de trabalho. A primeira delas, no sul do Rio Grande do Sul, beneficiou-se do crescimento, em nível estadual, de 2,2 mil empregos na fabricação de outros equipamentos de transporte exceto veículos automotores, já referido anteriormente. Em verdade, praticamente a totalidade do saldo obtido pelo Estado nessa divisão da CNAE 2.0 concentrou-se na fabricação de embarcações e localizou-se no Município de São José do Norte, integrante da RF5. Quanto à RF4, que se localiza na faixa litorânea do Estado, sua liderança vem sendo muito frequente nas avaliações periódicas de acumulados de 12 meses, desde que a série do Novo Caged permitiu trabalhar com esse intervalo de tempo. A chave do dinamismo da RF4 vem sendo a atração populacional que, desde — ao menos — a década passada, logrou exercer sobre habitantes de outras regiões do Estado, muitos dos quais já chegaram àquele território detendo rendimentos de aposentadorias, de trabalhos autônomos ou de vínculos de emprego que lhes permitem o exercício de suas atividades à distância. A expansão e a diversificação da oferta de serviços de toda a ordem e do comércio têm-se somado e têm estimulado a ampliação da estrutura de turismo, lazer e eventos culturais, que historicamente são uma das principais vocações econômicas da região.

**Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — nov./2021-nov./2022**



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2022).

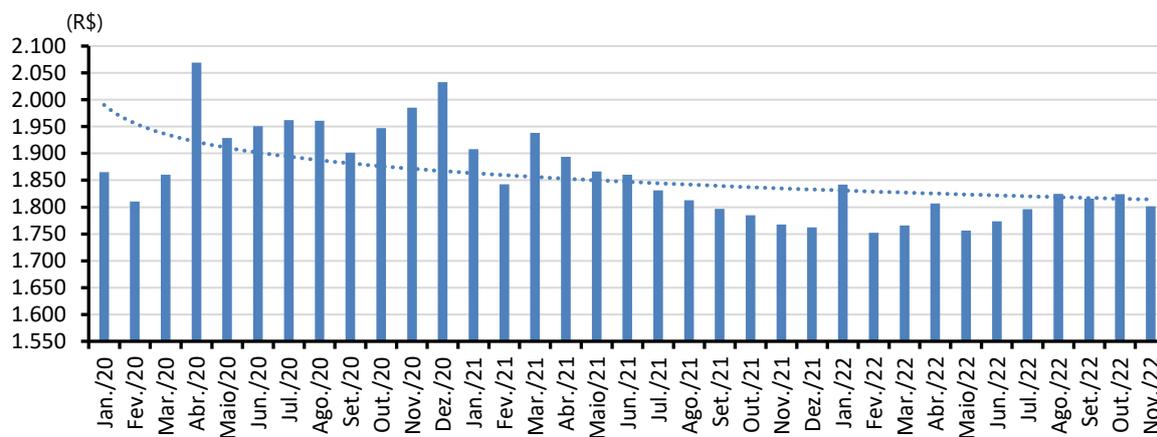
As RFs que apresentaram os menores percentuais de crescimento do emprego formal, nos últimos 12 meses disponíveis, foram duas regiões de grande expressão populacional e econômica: a RF1, que engloba a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e a RF3, nucleada pela Serra. O fraco desempenho da indústria estadual, no confronto com os demais setores — e com seu resultado nos 12 meses anteriores —, nesse recorte de novembro de 2021 ao mesmo mês de 2022, é certamente um fator determinante para o escasso dinamismo da economia e do mercado de trabalho da RF3, tradicionalmente aquela com mais elevada participação da indústria em sua estrutura ocupacional. A RF1, por sua vez, tem apresentado, recorrentemente, resultados entre os menos expressivos, quando comparada às demais regiões — mesmo em conjunturas em que o setor serviços, que tem na RMPA uma participação especialmente elevada, apresenta expansões relativamente importantes.

## 2.5 Os SALÁRIOS MÉDIOS DOS TRABALHADORES ADMITIDOS

O salário médio real de admissão no mercado formal de trabalho do Rio Grande do Sul encontrava-se, em novembro último, 1,9% acima do praticado no mesmo mês do ano anterior e atingia R\$ 1.801,52. Entretanto manteve-se 9,2% inferior ao valor de novembro de 2020. Como a série do Novo Caged iniciou no ano de 2020, um par de meses antes de ser decretada a emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, não se pode afirmar o quanto os salários médios daquele primeiro ano carregaram da atipicidade da conjuntura, em que os muitos cortes de pessoal efetuados no mercado de trabalho incidiram de forma acentuadamente desigual entre as diferentes atividades econômicas. Essa alteração, em grande parte circunstancial, da estrutura ocupacional certamente não foi neutra do ponto de vista dos padrões de remuneração e, assim, de suas médias.

O que é patente, no entanto, e o **Gráfico 16** evidencia, é que os salários médios, entre oscilações — em parte associadas a fatores sazonais, muito provavelmente —, mostram tendência de declínio.

**Gráfico 16 - Salário médio real de admissão no mercado formal de trabalho, e linha de tendência logarítmica, no Rio Grande do Sul — jan./2020-nov./2022**



Fonte: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2022).

Nota: Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

## REFERÊNCIAS

---

- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 2, n. 3, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202010/20102957-boletim-de-trabalho-do-rs-v-2-n-3-outubro-2020.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 2, n. 4, 2020a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/publicacoes-antiores-5eb57f448df04>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTP, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Estatísticas mensais do emprego formal - Novo CAGED**: novembro 2022. Brasília, DF: MTP, 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso
- CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura**. Brasília: IPEA, n. 52, 3º trimestre, p. 1-17, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917\\_cc\\_52\\_nota\\_25\\_rendimentos\\_do\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf). Acesso em: 22 set. 2021.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Quadro sintético. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Quadro\\_Sintetico/2022/pnad\\_202203\\_trimestre\\_quadrosintetico.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2022/pnad_202203_trimestre_quadrosintetico.pdf). Acesso em: 17 nov. 2022.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Microdados/2022](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2022). Acesso em: 13 maio 2022.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- ILO. **ILO Monitor on the world of work**. Multiple crises threaten the global labour market recovery. Geneva: ILO, 2022 (Tenth edition). Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms\\_859255.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_859255.pdf). Acesso em: 16 nov. 2022.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms\\_498929.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf). Acesso em: 12 ago. 2020
- INDICADORES IBGE: Contas Nacionais Trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jul.-set. 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2022\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2022_3tri.pdf). Acesso em: 1 dez. 2022.
- MAURIZIO, R. **Weak growth and the global crisis are holding back the recovery of the employment in the Latin America and the Caribbean**. Lima: ILO, 2022. (Labour overview series Latin America and the Caribbean 2022). Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_854778.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_854778.pdf). Acesso em: 16 nov. 2022.
- OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms\\_234036.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf). Acesso em: 5 jun. 2019.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 19 set. 2022.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL